

Uma leitura micro da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina

José Carlos dos Santos¹

Resumo

Fronteiras são lugares indefinidos. Embora os termos cunhados para fronteira, no singular, remeta a história do Estado Nacional, quando o termo é utilizado no plural sugere-se que há muitas outras territorialidades que não se enquadram neste corpo conceitual. A tríplice fronteira internacional entre Brasil, Argentina e Paraguai é um destes muitos territórios que, mesmo presente as fontes de soberania estatal esta convive com múltiplas outras formas de fazer fronteiras. A maior dinamização cultural pode ser visibilizado pelo colorido das etnias que se envolvem principalmente com atividades comerciais formais e informais. Na cidade de Foz do Iguazu, por exemplo, são 72 etnias, segundo registros da Polícia Federal. Este dado oficial demonstra os chamados estrangeiros legais; há muita clandestinidade cujo número não se tem conhecimento. A clandestinidade também é uma característica em Puerto Iguazu (AR) e Ciudad de Este (PY). No mercado formal em Puerto Iguazu trabalham argentinos e muitos brasileiros; em Ciudad del Este as etnias se multiplicam, existem árabes, indianos, coreanos, chineses, brasileiros, dentre outras, sendo que o comércio não legalizado (camelôs) em sua maioria é praticado por paraguaios, enquanto que os lojistas legalizados se multiplicam entre as diversas etnias; em Foz do Iguazu na região de comércio próxima à Ponte, bairro Vila Portes, existem além dos comerciantes brasileiros, muitos árabes, e na região central da cidade a maioria são brasileiros. Esta dinamização cultural se oferece como um território também para exercício da pesquisa acadêmica. Se esta fronteira diversifica as línguas, as cores, o vestuário, os cheiros e temperos ela é também, e ao mesmo tempo, uma provocação metodológica para que pesquisadores de diversas áreas, como historiadores, ampliem o referencial e a perspectiva conceitual de sujeito histórico. Como acontecimento singular por entre o multiculturalismo, aponto a afirmação do cacique Guilherme sobre a formação do Lago de Itaipu: “parecia um dilúvio... a água tomou tudo o que tinha lá”. O líder indígena se referia ao alagamento e perda da terra com um linguajar mitológico. Ao mesmo tempo, o como a reterritorialização foi problematizada, cujos actantes (Certeau) tiveram que reconstruir criando novos itinerários. O cacique vive na reserva Reserva Ocoí, uma faixa de terra de 256 hectares às margens do Lago Itaipu. Um grupo de 145 avá-guaranis está assentado na reserva Tekohá Añetete, uma área de 1.780 hectares, distante 15 quilômetros da cidade de Diamante do Oeste. Pretende-se demonstrar com fontes orais e visuais os modos de articulação da memória passada e os ícones do tempo presente, especialmente os educativos desenvolvidos no interior da Aldeia e do como o Cacique como guardião de memória.

Introdução

A polissemia é o resultado do multiculturalismo. De acordo com Orlandi² a polissemia é a possibilidade de múltiplos sentidos para uma mesma enunciação que fundamenta a atividade do dizer. Os sentidos múltiplos estão relacionados à criatividade que instaura o diferente na linguagem. A polissemia carrega a força de ruptura na medida em que o uso pode divergir com a produção primeira de sentidos. Tal ruptura ocorreria devido à tensão da relação com o contexto histórico-social; a tensão, portanto, pode criar novas formas, novos sentidos, uma multiplicidade de sentidos.

A polissemia possibilita que a tríplice fronteira seja indicada com um local em que se encontram muitos imaginários construídos não somente sob esta territorialidade, mas que

¹ - Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. [Professor_josecarlossantos@pq.cnpq.br](mailto:josecarlossantos@pq.cnpq.br)

² - ORLANDI, Eni P. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.



povoam outros espaços. Construções que adquirem a forma de portos, passagens, istmos, canais ou deltas e são guardadas por gigantes, soldados, Colônias Militares, como se fossem grandes gigantes a observar os transeuntes e decifrar os seus destinos. Há muitos gigantes na fronteira. Glissant (2006) explica que, por ser colossal, o personagem gigante é capaz de ver os dois lados da divisa, o que lhe permite conceber tanto a necessária aliança, quanto a imprescindível particularidade de cada um deles. Segundo o autor, não é por acaso que, na maior parte das mitologias populares, o gigante é bom: ele tudo compreende da fronteira, porque vislumbra ambas as direções. É importante lembrar aquilo que propõe Benedict Anderson,

a nação costuma se representar para si mesma como uma comunidade, uma ‘comunidade imaginada’ cujos membros, mesmo sem conhecer uns aos outros, nem pelo nome, muito menos pessoalmente, imaginam-se ligados entre si por laços horizontais fraternos” (ANDERSON, apud. PRATT, 1999)

Gigantes tem forma de pontes, marcos divisórios, rios, construções, mapas, apropriações territoriais por grupos, um mapa, uma metáfora, Estados (Santos, 2014). Pode ser usada para explicar o que separa os grupos sociais, mas também o que os une. Está assente em limites, bem como na sua transgressão (Santos, 2002). É possível recorrer ao termo para tratar da divisão entre nações, da globalização, das identidades, da expansão agrícola e de muitos outros temas, a partir de diferentes ângulos, muitos deles contraditórios entre si. Limite, raia, borda, divisa, demarcação, extremidade, frente, margem, confim, entre-lugar, limen – a variedade de palavras que buscam dar conta do significado de fronteira evidencia a sua polissemia. O seu sentido literal provém de *limes*, a muralha imperial, destinada a manter de fora os bárbaros (Ribeiro, 2001). O aparecimento do termo, porém, ocorreu muito depois, no século XIII, a partir da palavra *front* – que designava o limite temporário e flutuante que separava dois exércitos numa batalha.

Na base da polissemia está também a compreensão da questão, aparentemente, ambígua: a fronteira une ou divide? No caso da tríplice fronteira é preciso recorrer aos acontecimentos ditos “monumentais” para perceber o modo de operação de seus significados e descrever a aproximação ou distanciamento. Consta-se que há distanciamento entre identidades internas da alteridade externa. Basta lembrar, por exemplo, dos muitos textos e contextos da Guerra do Paraguai com o Brasil e, mais tarde, de como, os dois Estados nacionais “apagam” o passado e partem para edificações diplomáticas e de concreto armado para vislumbrar um outro futuro. Unila e Itaipu são estes novos gigantes que são bons e olham para frente, nunca para trás.

A História, no entanto tem a péssima qualidade de não desaparecer mesmo diante de grandes novos acontecimentos. São entre-espacos compartilhados, ligam passado e presente e neste compartilhar, a experiência de múltiplos sujeitos ganham outros contornos. Como disse Ribeiro, fronteira “[é] ao mesmo tempo, fonte de ambiguidades que só podem resolver-se através de um esforço redobrado de contextualização” (Ribeiro, 2001: 469), mas que, ao mesmo tempo “constituem o terreno onde as identidades são vividas e imaginadas numa interação tensiva de êxtase cultural (diferença enquanto separação) e transgressão cultural (diversidade enquanto relação)” (Walter, 2006: 6). Nossa reflexão terá como foco descrever a partir de duas pesquisas locais o quanto a multiculturalidade é polissêmica ao admitir sujeitos indígenas transitando por dentre visibilidades constituídas na fronteira geográfica e legal, como entre-espacos, transgressões e ressignificações culturais. Em seu conjunto, elas refletem sobre a não fixabilidade da fronteira e de certa liberdade de seus atores em se apropriarem de recursos simbólicos construídos a partir de experiências da organização social.

1- Fronteiras

Termo de difícil definição, na história moderna, o conceito foi intensamente associado à noção de soberania. A aparição da linha fronteira acompanhou o desenvolvimento da concepção moderna de espaço e participou do aperfeiçoamento da cartografia e das estratégias militares. Com o projeto colonial, a fronteira do Estado foi exportada para além da Europa e impôs-se ao planeta (Albaret-Schulz *et al.*, 2004). De modo especial, o mundo latino foi profundamente marcado por esse sentido, visto que a territorialidade foi definida como *uti possidetis*, em primeiro plano e considerado suficiente para retirar a posse de tupiniquins e depois, com as independências, como posse de soberanias republicanas. Neste sentido, lembrando os estudos de Boaventura de Sousa Santos, é possível com ele concordar quando indica que

A zona fronteira é uma zona híbrida, babélica, onde os contatos se pulverizam e se ordenam segundo micro-hierarquias pouco suscetíveis de globalização. Em tal zona, são imensas as possibilidades de identificação e de criação cultural, todas igualmente superficiais e igualmente subvertíveis: (Santos, 1993: 49)

Na perspectiva modernizante, uma fronteira é uma linha convencional que marca os confins de um Estado. As fronteiras podem ser delimitadas fisicamente (com muros ou cercas), embora não seja sempre esse o caso, daí se falar de convenção: os diferentes países acordam entre eles até onde chegam os seus respectivos limites; ao atravessar esse limite (a



fronteira), entra-se no território do país vizinho, ferindo sua autonomia administrativa e subtraindo-lhe um valor físico e valor simbólico.

Esta fronteira, por conseguinte, marca sua soberania. O governo de um país tem autoridade dentro dos limites das suas fronteiras. Aquilo que ocorre do lado de lá, ainda que seja a uns poucos metros de distância, está fora da sua competência territorial, desde que, não sejam comprometidos os seus interesses nacionais. As fronteiras podem ser terrestres, mas também existem fronteiras marítimas, fluviais, lacustres (junto de lagos) e mesmo aéreas. Como existem para garantir a soberania, costumam ser vigiadas para evitar a entrada ilegal (ou clandestina) de imigrantes ou de produtos proibidos/ilícitos.

Por vezes, os Estados nacionais usaram os recursos geográficos para definir suas fronteiras. Este hábito foi demasiadamente utilizados pelos colonizadores portugueses e espanhóis desde os primeiros tratados de divisão territorial, muitos deles prevalecendo até a data presente, como por exemplo o recurso geográfico que define os limites entre Brasil, Argentina e Paraguai. No entanto, mesmo entre estes três países, não faltaram outros meios usuais pela diplomacia como forma de definir os limites como tratados e guerra.



Fonte: www.orientemidia.org/a-triplice-fronteira-novamente-na-mira-da-grande-midia/.

Acesso em 04 de abril 2015.

Ao se olhar a mansidão das águas, como expressa esta imagem, não se concebe nenhuma disputa. Contudo, ao se identificar as margens como pertencentes a um Estado nacional, está rememorado o conflito. Micro hierarquias levantam-se a partir de muitos pontos de memória a reivindicar como seu parte de um território.

Fronteira que separa e a fronteira que une? Antes porém, mais uma advertência: quando dizemos fronteira que separa e que une, não estamos a dizer que são qualidades que se observam nas fronteiras senão que há um sentido sendo dito e assumido. Não se trata de algo natural mas sim de práticas de naturalização, para lembrar um termo bem cunhado por Pierre Bourdieu.

São abordagens que a descrevem como uma linha divisória que marca a separação entre diferentes espaços – tenham eles a forma concreta dos territórios nacionais, ou sejam simbólicos, como a diferenciação de identidades. Na tríplice fronteira é uma perspectiva semântica que está na base de compreensão da soberania do Estado. Muito próximo desta é a concepção que se tem da fronteira como *frente*. Ela é um espaço que, à semelhança do *front* de batalha, avança para ganhar terreno. Vincula-se, portanto, à noção de *frontier*. Contrariando a aparente fixidez da concepção anterior, é uma fronteira em movimento, em progressivo distanciamento do centro. Em função desta distância, este é um espaço marcado por certa fluidez e criatividade, mas também por relações desiguais e pelo poder sem limites (Ribeiro, 2001) visto que avança de um ponto fixo, ou seja, a partir de um poder político, um Estado soberano.

A fronteira que une, por sua vez, revela-se como um lugar de encontro e negociação. Não é linear, não avança. Portanto, deixa de lado a concepção de *frontier* para abraçar a ideia de *borderland*, que vem sendo tratada pelos estudos pós-coloniais como espaço *in-between*. Esta fronteira pode surgir e desaparecer, mudar de forma, e tem na fluidez uma das suas principais características. Nesse sentido, o aquém da fronteira é um espaço ocupado, bem como o além da fronteira. E é *na* fronteira que esses mundos se encontram. Para Barzotto (2010), surge um espaço 'vazio', uma terceira margem, uma nova e híbrida condição em que toda a criatividade é possível, pois algo novo se forma. Também Silviano Santiago afirma que deste espaço, que é espaço cultural que se cria a partir da hibridização, posiciona o intelectual latino-americano e sua missão ao especificar o que denomina de entre-lugar:

Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão, - ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropófago da literatura latino americana. (SANTIAGO, 1978, p. 28).

Há de se considerar que estas duas formas aqui identificadas não são excludentes: num mesmo espaço-tempo, podem conviver diferentes formas de fronteira. Portanto, os modelos

em análise buscam traçar um inventário, que categoriza as diferentes versões do conceito. Não pretende estender tal segmentação à própria realidade, onde dinâmicas de aproximação e distanciamento podem competir, simultaneamente, dentro do jogo de relações. Afinal, a ponte que separa duas comunidades é a mesma que viabiliza a travessia. As pesquisas que apontaremos ao final do texto terão este caráter ilustrativo.

2 Fronteira que separa

Quando se busca uma definição, a primeira imagem que emerge com mais frequência é a da *fronteira que separa*: espaço de diferenciação; linha de demarcação em relação à qual algo está dentro ou fora (Hannerz, 1997). Esta fronteira está, portanto, vinculada a uma razão relacional e a formas de julgamento, discriminação e distinção. Segundo Albaret-Schulz *et al.* (2004), fronteira é uma construção territorial que *põe a distância na proximidade*. Assim, a proximidade espacial entre lugares é contradita pela presença de dispositivos que introduzem um afastamento – através de mecanismos de ordem material (barreira, muro, etc.) e ideológica (normas, representações, etc.). Esta distância é geralmente interpretada como um meio de proteção – de uma população, um território, um poder. Desta maneira, a fronteira é concebida como um sistema de controlo de fluxos através de uma filtragem. E, uma vez atravessada, induz a uma extraordinária alteração no corpo ou objeto que a cruzou, de forma que um pequeno movimento no espaço pode transformar um *insidernum* forasteiro, ou o produto de mercado em contrabando.

Quando enfocadas a partir de efeitos da globalização, a fronteira nacional é relacionada aos fluxos crescentes de pessoas, informações, recursos e mercadorias. Considerada a partir de outro ângulo, a discussão sobre as fronteiras revela simultaneamente que em muitos contextos a fluidez de um mundo com limites ultrapassáveis jamais deixou de existir. Vista de perto, a realidade mostra que mesmo as divisões mais palpáveis, como os muros que separam dois países, apresentam certa porosidade. No decorrer da história, as determinações dos centros de poder jamais foram suficientes para inviabilizar plenamente a comunicação entre sujeitos apartados, o que denuncia certa abstração das linhas fronteiriças e a sua incapacidade de deter por completo as eventuais tendências de cosmopolitismo.

Ao nos remetermos aos estudos historiográficos, defronta-se com dois aspetos que foram frequentemente usados para legitimar os discursos de construção dos territórios: as fronteiras naturais e históricas. A topografia e a hidrografia, por exemplo, serviram como fundamentos para as divisões políticas. Porém, nem sempre tais características respaldaram os

traçados das fronteiras nacionais. Basta mencionarmos pesquisas movidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou seus homônimos nos Estados e ou nomes como Von Martius, Saint-Hilaire, Capistrano de Abreu, Vianna Moog, somente para lembrar uns poucos nomes ícones dos estudos nacionais. “Tais linhas [construídas pelos institutos/pesquisadores] são mais do que representações ou demarcações; elas são fronteiras virtuais que prefiguram linhas concretas na paisagem”, observa Shields (2006: 227). O autor acrescenta que estas divisões podem ainda marcar a diferença entre estados radicalmente diferentes – “entre o civilizado e o não civilizado, por exemplo” (*idem*). Portanto, o conceito de fronteira também pode ser utilizado para pisarmos num território bem mais fluido do que o das divisas nacionais: também se revela útil para se pensar nos processos de hierarquização do mundo, bem como nos mecanismos de construção das identidades.

Em estudo recente, Peter Burke³ tem destacado uma história da apropriação e divisão do conhecimento a partir dos Institutos, Companhias e expedições que se estenderam, sobretudo, nos novos continentes como forma de ampliação das zonas de conhecimento. Saint-Hilaire, ao dedicar sua formação botânica à análise do mundo natural, passou a coletar, analisar, classificar e organizar a natureza com a finalidade bem precisa: a utilização dos saberes adquiridos para o bem da humanidade e o progresso da nação.

Sabe-se que objetivos mais pragmáticos nortearam as expedições científicas como, o *status* científico e o prestígio internacional proporcionado pelas descobertas de novas espécies e as potencialidades econômicas intrínsecas a essas descobertas. Seria ingênuo considerar que as viagens patrocinadas por institutos científicos ou autoridades políticas tivessem como único objetivo veicular e possibilitar a civilização e progresso para toda humanidade. Saint-Hilaire permaneceu no Brasil entre 1816 e 1822 e percorreu as províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Província Cisplatina e Paraguai, passando também pela comarca de Curitiba, pelas nascentes do Rio São Francisco, do Rio Doce, pelo distrito dos Diamantes e litoral do Brasil.

O clima e solo regional impressionou ao autor uma “semelhança” com ares europeus. Durante sua estadia na cidade de Curitiba, Saint-Hilaire notou que ao contrário das regiões de Minas Gerais e Goiás, “não se vê apenas bananeiras, mamoeiros ou cafeeiros, e sim macieiras, pessegueiros e se costuma plantar outras árvores frutíferas da Europa”⁴. Outro elemento que chamou atenção do botânico foi que “há nessa região um número infinitamente maior de homens realmente brancos do que nos distritos de Itapeva e de Itapetininga, e, à

³ - BURKE, Peter. Uma História Social do Conhecimento I e II. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2012.

⁴ - SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem pela comarca de Curitiba*. Curitiba: Farol do Saber, 1995. p.106-107.

época de minha viagem, quase todos os operários da cidade de Castro pertenciam à nossa raça”.⁵

Outro aspecto notado por Saint-Hilaire diz respeito ao clima:

De qualquer maneira, não será errado supor, pelo que eu já disse até agora, que os Campos Gerais sejam uma região extremamente salubre. Embora o inverno seja rigoroso, pode-se afirmar que o clima é temperado; há ventos freqüentes e o ar circula livremente por toda a região; suas águas, embora inferiores às da parte oriental de Minas Gerais, são ainda assim bastante boas. Não existem brejos em nenhum lugar, praticamente, e os rios correm celeremente, como já disse acima, por leitos de pedra. (SAINT-HILAIRE, 1995, p.16).

Fronteira que une

A hierarquia recua quando os atores são vistos na criação de entre-espacos. Segundo Shields, “fronteiras são normativamente definidas para serem atravessadas, não para serem percorridas. Se elas são seguidas, o seu *status* é alterado, transformando-se em virtuais, intersticiais ou liminares espacos de interação” (Shields, 2006: 229). Há algo de transgressor porque o *actante* (Certeau) atua ao lado recriando espacos e saberes não dispositivos, ordenadores.

A interação pode sofrer ações a partir do centro. Como bem lembrou Boaventura, os modelos modernos tem o centro centrípeto que, maneira geral, quanto maior a força irradiada pelo centro, mais rígidas serão as hierarquias e menos dinamismo existirá nas margens. Para as culturas dotadas de fortes centros, as fronteiras são pouco visíveis, “e isso é a causa última do seu provincianismo” (1993: 49). Quando as forças centrípetas não forem excessivas, as bordas potencialmente se revelam um território de criatividade.

No seu sentido mais amplo, as relações sociais são sempre culturais e políticas – representam distribuições desiguais de poder (Santos e Meneses, 2009). A metáfora da *fronteira que une* convida, portanto, ao deslocamento do foco, que é retirado dos núcleos estruturantes para se concentrar nos fenômenos marginais; aqueles que ocorrem nos instáveis espacos intersticiais. Sousa Ribeiro (2001) lembra que os *borderstudies*, embora retendo a conotação de precariedade e mesmo arbitrariedade das distinções fronteiriças, concebem a fronteira como uma zona de encontro. Este espaco transgride, interliga, reconfigura e a sua riqueza está precisamente na justaposição de diversas influências. De natureza instável, pode

⁵ - SAINT-HILAIRE, 1995, p.17.

ser metaforicamente entendido como um terreno movediço, onde acontecem o confronto e a intermediação – e onde o estabelecimento de um cânon único é impossível (Santos, 2002).

Como não se trata de um poder centrípeto e hierarquizado no sentido da gestão espacial, o espaço de encontro não é formado a partir do avanço no sentido geográfico. Isto lhe dá uma existência perene, podendo emergir e desaparecer, desde que haja um ambiente propício à articulação com a diferença. A fronteira que une e, portanto, transitória e, de certa forma, precário e volátil. Como afirma Hannerz, “os cenários das zonas intersticiais parecem cheios de vida, mas não completamente seguros” (1997: 24). Sousa Ribeiro define esta fronteira como “um *medium* de comunicação, o espaço habitável em que o eu e o outro encontram uma possibilidade de partilha e, assim, a possibilidade de dar origem a novas configurações de identidade” (2001: 471). São espaços menores micros, que o transitório se manifesta. Novamente uma oportunidade de lembrar de Menóchio.

Talvez seja justamente Menóchio o personagem que ilustra alguns estudos de Bhabha (1994) em que utiliza a noção de ambivalência para caracterizar os processos desencadeados a partir do encontro com a diferença. Bhabha entende que, apesar de construções que deem conta da existência da diferenciação em relação ao *outro*, há simultaneamente a incorporação deste *outro* dentro do *mesmo*, no campo da representação. Esta abordagem desconstrói a ideia de relações binárias entre totalidades, abrindo margem para a indeterminação. Ao invés de centrar a sua atenção num lado e noutro, Bhabha crê que o que está no meio – *in-between* – é que pode ser realmente revelador.

Ao encontro desta hipótese apontada em Bhabha, Friedman (2001) alerta para que, não obstante as importantes conquistas políticas que a fixação na ideia de diferença veio possibilitar na teorização das identidades, ela também tende a ocultar o espaço existente nos interstícios dessa mesma diferença, a partir do qual são geradas novas narrativas identitárias. Assim, opta por substituir a imagem de mosaico pela de crepúsculo, para caracterizar os encontros interculturais:

A metáfora do mosaico silencia a maneira como a própria diferença se configura e reconfigura através de um processo de interação contínuo, ou seja, a maneira como o espaço intersticial se revela efetivamente lugar de constante migração, de um permanente movimento de vaivém (Friedman, 2001: 6).

Para o autor, o crepuscular é uma zona de indefinição; não há regras predefinidas; tudo depende das articulações dadas na efemeridade do seu espaço-tempo. Em constante negociação do seu posicionamento, dá-se a perceber na sua mobilidade (Martins, 2001). Mas

viver na fronteira não é uma tarefa fácil: como alerta Gruzinski (2001), referindo-se ao seu conceito de pensamento mestiço (eminentemente fronteiriço), este choca com hábitos intelectuais que levam a preferir os conjuntos monolíticos aos espaços intermediários.

O *outro* como tema é retratado por muitos autores. Em Simmel (1983), por exemplo, as interações entre os indivíduos é o próprio fundamento da vida. Focado nas interações sociais do mundo urbano em ascensão, discutiu o individualismo frente aos processos modernos de universalização, criando pontes entre a experiência do sujeito e a organização social da modernidade. No contexto latino-americano e desde uma perspectiva pós-moderna, Canclini (1997) refletiu sobre as fronteiras entre o moderno e o chamado “popular”, debruçando-se sobre as denominadas *culturas híbridas*.

Canclini⁶ tem a percepção de que a disciplina modernizante, hierárquica e classista criou uma série discursiva e interferiu na criação de modelos da gestão política e acadêmica. Segundo este autor,

O desenvolvimento moderno tentou distribuir os objetos e os signos em lugares específicos: as mercadorias de uso atual nas lojas, os objetos do passado em museus de história, os que pretendem valer por seu sentido estético em museus de arte. Ao mesmo tempo, as mensagens emitidas pelas mercadorias, pelas obras históricas e artísticas, e que indicam como usá-las, circulam pelas escolas e pelos meios massivos de comunicação. Uma classificação rigorosa das coisas, e das linguagens que falam delas, sustém a organização sistemática dos espaços sociais em que devem ser consumidos. Essa ordem estrutura a vida dos consumidores e prescreve comportamentos e modos de percepção adequados a cada situação. Ser culto em uma cidade moderna consiste em saber distinguir entre o que se compra para usar, o que se rememora e o que se goza simbolicamente. (p.286)

Para o autor, a modernidade é disciplinar. Tal projeto tem alcance limitado porque, tal como um texto posto à leitura, possibilita que seu leitor faça dela outras interpretações. Neste sentido adverte:

Contudo, a vida urbana transgride a cada momento essa ordem. No movimento da cidade, os interesses mercantis cruzam-se com os históricos, estéticos e comunicacionais. As lutas semânticas para neutralizar, perturbar a mensagem dos outros ou mudar seu significado, e subordinar os demais à

⁶ - CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas- estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa PezzaCintra. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350

própria lógica, são encenações dos conflitos entre as forças sociais: entre o mercado, a história, o Estado, a publicidade e a luta popular para sobreviver. (idem)

Enfim, as discussões até aqui elencadas servem para pensar os três modos de caracterizar a fronteira e de como problematizar seu entendimento. A seguir, pontuo estudos que apontam para uma perspectiva micro na fronteira e que aponta para cada uma das tendências de abordagem até aqui trabalhadas.

Alerto antes, que as três pesquisas foram desenvolvidas em um espaço bem delimitado: Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira, cuja imagem no início deste texto transmite uma mensagem visual da mesopotâmia regional ao leitor. Partem, do mesmo modo, da consideração de que os sujeitos da pesquisa vivem num espaço multicultural e, como atores sociais, “fornicam” com o modelo ordinário moderno como delimitado por alguns autores acima citados como Canclini, Boaventura e Ribeiro. Autores e atores sofrem a influência do meio ao apelar para discursos performáticos; daí a necessidade de ressaltar este ambiente da pesquisa.

Primeiro estudo

A primeira pesquisa foi desenvolvida por Mac Donald Fernandez Bernal⁷. O autor trabalha em duas linhas de frente quanto ao uso de fontes. Aborda a historiografia local e regional e história de um projeto de artesanato indígena que pretende “resgatar traços culturais ancestrais” no fabrico de peças artísticas. Desde a introdução de seu texto adverte:

Fronteiras são lugares indefinidos. Nelas podem ser pensados temas que outrora as tradições acadêmicas colocaram como coisas definidas e delimitadas. Assim puseram o território do Estado, a história diplomática, e as identidades culturais. Mas estas delimitações são líquidas e transbordam, como dito pelo termo cunhado por Zygmunt Bauman. Fronteiras são, portanto, lugar da liquidez e não do sólido.

Apoiado em estudos da antropologia cultural, propõe pensar a identidade a partir de dois elementos principais: as características presentes no espaço territorial ocupado e o conjunto de símbolos e signos linguísticos, códigos e normas (moral e ética), objetos,

⁷ - com o título de *A Árvore da Vida – mitos e símbolos no artesanato de referencia cultural do território trinacional do Iguaçu*, a pesquisa foi apresentada no Programa de Pós-graduação Stricto Sociedade, Cultura e Fronteiras para obtenção do título de Mestre.

monumentos, artefatos, costumes, ritos e mitos (religião, folclore, música, culinária, vestimentas etc.) aceitos e praticados coletivamente, capazes de distinguir um determinado grupo social dos demais. Nos estudos de Geertz a forma do como se apela para estes símbolos e signos devem ser identificados para perceber a estrutura imaginária da cultura estudada. Com esta expectativa Bernal fala de uma identidade indígena, algo muito transitório e indefinido, mas que tem posicionamentos bem definidos em termos de conhecimentos tradicionais.

Ao aproximar costumes tradicionais e o artesanato Nhandeva atribuído aos índios guaranis da tríplice fronteira e que tem um grande apelo a traços culturais guarani, depara-se com uma produção ilustrativa compilada por designers de grande expressão internacional. Com um título expressivo: Elementos da Iconografia das Três Fronteiras, o trabalho traz a assinatura de Giulio Vinaccia⁸, mesmo autor de obras eméritas, dentre as quais, uma Iconografia do Caminho de Santiago de Compostela. Afirma que tal produção tem a pretensão de vincular os sujeitos sociais e determinadas imagens, jeitos de fazer, usos de materiais ou seja, identificar os chamados traços culturais de uma região, neste caso, da tríplice fronteira a sujeitos nela ainda presentes. Esta constatação levou a formular o problema de pesquisa: o artesanato produzido na tríplice fronteira tem características indígenas? É possível delimitar ícones deste artesanato que se vincule á existência de grupos sociais?

As respostas para as questões foram sendo delineadas na medida em que passou-se a mapear o espaço territorial ocupado contemporâneo e sujeitos e instituições foram aparecendo neste mapeamento e o, ao mesmo tempo, alguns símbolos e signos linguísticos, códigos e normas que regem os acontecimentos da vida na fronteira.

A denominada Região Trinacional do Iguazu⁹ compreende a tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, reunindo três cidades polo: Ciudad Del Este (Paraguai), Foz do Iguazu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina). Neste ambiente geográfico, muitas narrativas são memorizadas enquanto símbolo das diversas culturas regionais, quase sempre relacionadas a pertencimentos étnicos, visto que a formação da territorialidade dos Estados nacionais apelaram para o mito da racialidade na definição de identidades culturais.

Quanto ás narrativas escritas, mencionam tradições escritas e oralizadas. Segundo narrativas históricas escritas, a região era habitada por índios Caingangues e Guaranis, antes da expansão colonialista iniciada a partir de 1452, época em que se deu a chamada

⁸- Conferir também: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/estilista-da-ferrari-apresenta-desenhos-que-retratam-tres-fronteiras?page=100>

⁹ Fonte: Estatuto Social-Consolidado-Instituto de Promoção Turística do Iguazu, Título I, Artigo 3º, § 1º – 2010.



“descoberta das Cataratas do Iguazu” com a passagem da expedição comandada pelo espanhol Álvaro Núñez Cabeza de Vaca rumo à Assunção, no Paraguai. Mais tarde, a colonização local ganhou impulso, influenciada pelas Missões Jesuíticas, extração da erva-mate e madeira, e a presença militar com a função de assegurar os limites fronteiriços.

Quanto às narrativas oralizadas, serão utilizadas como contraposição, negociação de sentidos e recurso simbólico de domesticação do cotidiano de uma história mais de “chão”. Como disse a historiadora Maria de Fátima Bento Ribeiro,

A história oral tornou-se fundamental para uma análise do verdadeiro significado de Itaipu, pois a versão narrada pelas camadas populares traz outra perspectiva sobre a ‘obra do século’ que a versão ‘oficial’ preserva nos arquivos, bibliotecas, atas, tratados, fotografias e, mais recentemente, no painel do barrageiro” (BENTO RIBEIRO, 2002).

Dar voz aos remanescentes de Ocoy requer que outras fontes sejam utilizadas para dar visibilidade a estes outros sujeitos da fronteira. A observação direta, a trajetória social e a oralidade, vem assim, construir a visão deste outro sobre o mesmo espaço tempo.

Aponda que, no que se refere a este sujeito guarani, há muitas traços considerados tradicionais e tipo do grupamento. Mitos geográficos, cosmogônicos, deísticos, aquáticos, quase todos mencionam uma espécie de panteísmo¹⁰ em que apontam para uma fusão entre natureza e espiritualidade. Este seria um clássico nexos do exotismo indígena da fronteira. Não menos importante, a memória registrou que as delimitações geográficas políticas do Estado nacional é ignorada pelo sujeito indígena. Menciona os estudos de Schallenberg (2005), que afirmou que era comum entre eles deslocarem-se para aldeias distantes, onde permaneciam temporariamente para daí migrarem adiante para encontrar a sua gente.

Na região de Foz do Iguazu atual que favoreceu a criação na obra Elementos Iconográficos das Três Fronteiras, algumas características deste cenário histórico guarani foi sendo diluído para dar lugar à um movimento turístico recente, adequado ao mercado e a um gosto de um consumidor específico. Estes apelos fruíram mediante um grande desarranjo político do *status quo* na fronteira que desabrigou alguns discursos e sujeitos da rotina cotidiana iguaçuense. A construção da Usina de Itaipu foi causadora de impactos muito maiores que o volume de água e da geração de energia que o discurso político insiste em

¹⁰ - O panteísmo ensina que Deus é todo o universo, a mente humana, as estações e todas as coisas e idéias que existem. A palavra panteísmo vem de dois termos gregos que significam tudo e deus. Poetas que escreveram sobre a natureza foram com frequência adeptos do panteísmo. Um bom exemplo desta crença são alguns poemas do poeta português Fernando Pessoa. Doutrina que concebe Deus como a única realidade verdadeira e o mundo como uma realidade subordinada, emanação ou "processo de Deus", segundo Spinoza.



demarcar¹¹. Com a construção do reservatório de Itaipu, retoma-se este tema identitário dos sujeitos de fronteira, especialmente dos guaranis, o que veremos mais adiante.

Esta região Trinacional do Iguazu foi se modernizando para atender a demanda turística; recebeu infraestrutura viária com a construção das pontes que interligam os três países, e sofreu a explosão demográfica, ocasionada, sobretudo, pela construção da Hidrelétrica de Itaipu e pelas oportunidades oferecidas pelo comércio de fronteira. Razão pela qual, vários grupos étnicos, de diversas partes do mundo, vieram se somar aos que já haviam se fixado no local em épocas coloniais.

Em decorrência da demanda turística, o apelo a algumas simbologias é evidente como uma roupagem de modernidade. Por conseguinte, oportunizam-se formas de atrair consumidores deste segmento. Uma delas é reinvenção de signos que atendam a demanda do turismo regional e da própria busca por uma cultura global de elementos tradicionais culturais. Outra são os argumentos políticos da gestão dos recursos naturais que remetem o Estado e as ações políticas de Itaipu à repensar o conceito de consumo de recursos e impactos nos meios naturais, inserindo-os no discurso da sustentabilidade ambiental. Programas como “Cultivando Água Boa”, o “Ñandeva” de artesanato, o “Ecomuseu”, os cursos de língua guarani ofertados pela UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana).

Neste aspecto de cunho mercadológico, Micheu de Certeau (1994) lembra que as maneiras de fazer, estilos de ação dos sujeitos reais, obedecem a outras regras que não aquelas da produção e do consumo oficiais, criam um jogo mediante a estratificação de funcionamentos diferentes e interferentes, dando origem a novas 'maneiras de utilizar' a ordem imposta. Para além do consumo puro e simples, os praticantes desenvolvem ações, fabricam formas alternativas de uso, tornando-se produtores/autores, disseminando alternativas, manipulando, ao seu modo, os produtos e as regras, mesmo que de modo invisível e marginal.

...diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como consumo, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas piratarias, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar ?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos. (CERTEAU, 1994. p.94)

A partir deste parâmetro é possível identificar a reinvenção de símbolos e signos na tríplice fronteira sobre a cultura referencial indígena, sobretudo o artesanato produzido na

¹¹ - Itaipu ainda é considerada maior hidrelétrica do mundo; no ano de 2013 foi a hidrelétrica que mais gerou energia em todo o mundo, quebrando seu próprio recorde de anos anteriores.

comunidade Guarani do Ocoy, em São Miguel do Iguaçu, mais precisamente a obra intitulada “A Árvore da Vida”, como representante exemplar que exprime o cerne da identidade cultural genuína de um povo nativo da região. Como objeto de pesquisa antropológica, o artefato indígena agrega em sua concepção fatos, crenças e mitos que oferecem significado mais profundo às representações, e que apresenta ainda, forte aderência com fatores históricos ocorridos na região. A obra Elementos da Iconografia das Três Fronteiras, atesta alguns usos destes recursos simbólicos no sentido de resguardar traços de uma cultura guarani.

Além da árvore, os mitos do Dilúvio, a busca pela Terra sem Males, dentre outros, compõe a fenomenologia guarani em torno da formação do lago, e serão esmiuçados adiante.

Geertz, ao propor discussões acerca do objeto da antropologia e introduzir o tema da descrição densa, afirma que o objeto antropológico é uma hierarquia de estruturas significantes e superpostas que permitem distinguir um comportamento espontâneo como um tique nervoso de suas imitações e de seus ensaios de imitações, através da observação e da interpretação dos comportamentos ocorridos. Já a descrição densa é analisada por Geertz como parte integrante do objeto antropológico, pois distingue um tique nervoso de uma simples piscadela, por ser ela formada de dados significantes, cuja densidade exige interpretações. E essa descrição densa possui características peculiares, pois, além de ser microscópica, ela interpreta o fluxo do discurso social para salvar e transformar tudo o que fora dito em registros pesquisáveis, de modo que ele não se extinga (GEERTZ, 1978: p. 13-41).

O autor explora discursos que contribuíram para a formação de um imaginário cultural local que construiu modos de ver sobre a cultura indígena e contribuiu para a internalização de representações consideradas mitologias pertencentes a grupos culturais. Árvores, dilúvio, língua, lendas, fertilidade, são apresentados neste capítulo como demarcadores de um tempo e espaço. A formação do Lago Internacional e a publicação do livro de Giulio Vinaccia.

A partir da palavra dita de índios remanescentes de Ocoy – o assentamento criado por Itaipu para os indígenas – constata que há um afastamento do artesanato como arte original. Que os índios não se reconhecem, apesar de também fazerem e sobreviverem das peças artesanais. Dentre algumas conclusões, especificamente sobre o artesanato indígena, afirma que,

A beleza da cultura local está na possibilidade de ocorrer esse diálogo multicultural. Há, contudo, de ser notado que a história política hierarquiza esses grupos através da apropriação/desapropriação de saberes. Os antigos guaranis – hoje nominados de *Pai-Tavytera*, ou *Kaiowa*, *Mbyáe* os *Ñandeva* que habitam a reserva de Ocoy também têm o desafio de territorializar esse mesmo cotidiano. A árvore

parece adquirir o status de um ser que permite a (re)ligação desses mundos (refiro-me aos grupos sociais) tão dispersos e tão desiguais, ainda que conectados inconscientemente.

Ou seja, na multiculturalidade, a polissemia permite que apropriações e neste caso, até distorções ocorram devido ao posicionamento social de seus atores. Há um circuito de mídia maior que a própria existência singular que dimensiona de forma estrondosa e ignara ao mesmo tempo. Um artefato é atribuído a sujeitos que dele não tem conhecimento.

Segundo estudo

O segundo estudo também foi desenvolvido junto á comunidade indígena de Ocoy com o problema de pesquisa: a astronomia guarani permanece ainda como um referencial cultural dos remanescentes na tríplice fronteira?

Metodologicamente, o autor parte da constatação que falar da indigenidade no Brasil, pressupõe-se fazer uma incursão por entre as construções narrativas produzidas sobre estes sujeitos sociais. A historiografia brasileira, ao lado da antropologia, geologia, sociologia, geografia, etnografia, dentre outros escritos, foram ciências chamadas a dizer algo sobre sua existência histórica. A partir de uma análise macro estrutural, colocou estas narrativas, como fontes formadoras de um certo consenso sobre uma população, inicialmente ágrafa, cujos dizeres são ainda fomentadores daquilo tudo que se conhece sobre seus costumes, crenças, danças, mitos, etc. A ideia de cultura passa então a ter um duplo significado, nas palavra de Certeau,

Em particular, por se ter construído através de uma relação com o seu outro "selvagem", a cultura estabelece uma linguagem dupla: uma, confessável, produtora de uma razão "esclarecida" que organiza uma axiomática da utilidade social; outra, das crenças desautorizadas mas ainda existentes e que, denegadas no presente, tomam o aspecto de uma origem obscura, passado "obscurantista" dos sistemas pelos quais são substituídos.¹²

Ao lado desta análise, trouxe a oralidade, fontes jurídicas e fontes formais do projeto educacional indígena da aldeia TekoaOcoy. Embora a questão indígena na fronteira não se restrinja a esta aldeia, esta foi forma a como mais das consequências da formação do Lago de Itaipu. Embora "aldeados" estes índios perambulam por entre as fronteiras nacionais por caminhos anteriores ás demarcações modernas. No entanto, com este recorte geográfico, fica mais perceptível a análise micro em contraste com a macro e onde muito dos interlocutores da pesquisa são encontrados. São estes atores que, mediante a oralidade e a observação direta do

¹²DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. Forense Universitária, 2002.p.163.



pesquisador, somados á aplicação de questionário semi estruturado, perfarão uma base de dados suficientes para inquirir-se o objeto da pesquisa e responder ao problema acima apontado.

Como ferramenta para esse trabalho percorreu-se a discussão bibliográfica como fontes de um discurso que tem um emissor e um receptor além de um objetivo político, as vezes mais evidente e em outras quase imperceptível. Portando esse caminho metodológico terá como farol as pesquisas ligada a micro-história posta aqui sobre a ótica de Santos:

“A micro-história questiona a perspectiva historiográfica de grandes sínteses, dispersa em muitas tradições do pensamento; interroga as formas de abordagens; aponta as diversas maneiras de interferência do observador cientista no momento da construção do saber histórico.”

Afirma que, na historiografia tradicional brasileira, aqui especificamente a paranaense, não privilegiou uma abordagem do multiculturalismo, presente não só nessa fronteira mas, mas em toda territorialidade nacional. Esta tradição de pensamento deixou de mencionar não apenas os chamados “circuitos culturais indígenas” visto que este já atendem ao apelo discursivo das ações turísticas voltadas á construção de um outro ficcional já não mais existente. Fazemos referência ao ser humano – homens, mulheres e crianças - portadores de hábitos culturais que sobrevivem em meio a clivagens com muitas outras culturas. Estas outras, são, oficialmente, segundo do IBGE, 72 etnias. E, no fazer cotidiano, elas se friccionam, se negam, confrontam-se, resignificam.

O Mercosul¹³ pode ser visto como um destes exemplos discursivos. Fundamentado em imaginários de integração, apela para este passado agora heroico e procura novos sentidos para “hermanos” de uma ancestralidade comum. Um dos discursos simbólicos do Mercosul foi expresso no primeiro selo comemorativo da entidade. Soa como uma ironia ao expressar as ruínas Jesuíticas.



¹³ De acordo com o Tratado de Assunção (1991), o Mercosul é formado pelos países da República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Novos fatos aconteceram desde a formação do bloco, como a incorporação da República Bolivariana da Venezuela, ato que aconteceu em 12 julho de 2012, na cidade de Brasília, através da decisão MERCOSUL/CMC.Nº27/12 (anexo L). Fonte: ROCHA, Ailana Freitas. A formação do gestor educacional para o ensino básicono Mercosul: Brasil e Argentina. 180f. 2013. Dissertação. (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2013.p.38.



Fonte: http://www.portaldoselo.com.br/product_info.php?products_id=6546¹⁴

Em notas oficiais e explicativas da origem do Mercosul, o apelo simbólico ao heroísmo passado, também é evidente. Na nota que segue a explicação das ruínas adotadas no selo comemorativo, este imaginário fica explícito. Nota-se que

foi no Teatro Municipal de Ouro Preto – *o mais antigo do Brasil* – em 1994, que sua estrutura definitiva foi aprovada”; [...] Entretanto o MERCOSUL não se trata apenas de fluxos de comércio, de ganhos de produtividade e de ações políticas e econômicas, mas também de um universo de entendimento, de cooperação social e de união entre países irmãos e vizinhos, onde suas culturas, seus hábitos e costumes passam a se interligar de forma mais intensa e consciente, favorecendo o surgimento de uma supranação, com ideais e condições de vida de sua população próximos aos padrões internacionais.¹⁵

Embora seja discutível o que são “padrões internacionais” fica expressivo este apelo à imagem de esquecimento do passado de conflitos e direcionados a uma *supranação*. Na página oficial da Filatelia Brasileira, ainda se lê que,

“Imbuídos desse espírito de progresso, modernidade e conquistas, os países-membros decidiram a emissão conjunta de um selo postal, com imagem única, objetivando identificar em qualquer lugar do mundo, os objetos postais da região do MERCOSUL. Assim, a emissão de 1997 assinala mais uma conquista deste Mercado Regional e apresenta a particularidade de tratar-se do primeiro selo postal do MERCOSUL.”¹⁶

Ao lado destes discursos do Mercosul, deve ser colocado também os produzidos pela Itaipu Binacional, Parque nacional do Iguazu e da Universidade Latino americana, Unila. São dois outros mega projetos que se inserem nesta lógica de superação de desigualdades culturais através deste falso arquétipo de supranação enunciado pelo discurso fomentador do Mercosul.

Outro discurso que se transforma em realidade em Foz do Iguazu é o da integração e fraternidade entre os povos sul americanos, em uma espécie de releitura do bolivarianismo, e tantas outras tentativas de “integração” por via de canetadas, mega construções, blocos econômicos, enfim. Está em processo de construção, na cidade, o campus da UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Universidade que já está em funcionamento e tem em sua página:

¹⁴ Fonte: <http://www.portaldoselo.com.br/product_info.php?products_id=6546> acesso em 25/05/2014.

¹⁵ Fonte: <http://www.girafamania.com.br/americano/brasil-mercosul.htm>

¹⁶ 17/09/1998 – Selo Mercosul “Patrimônio Histórico – Missões”, São Miguel das Missões. Valor facial: R\$ 0,80 centavos. Artista: Henrique Garcia Moreno. Processo de Impressão: Ofsete. Papel: Cuchê gomado. Tiragem: 1.200.000 selos. Picotagem: 11½ × 11. Scott: 2688. Michel: 2895. RHM: C-2158. Nota: Os Correios receberam menção honrosa do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, edição 1999, pelo lançamento deste selo. O prêmio, organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Ministério da Cultura, desde 1987, distingue as principais realizações em prol da preservação da cultura brasileira. Fonte: <http://www.girafamania.com.br/americano/brasil-mercosul.htm>

“A vocação da UNILA é de ser uma universidade que contribua para a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as instituições de ensino superior, organismos governamentais e internacionais.”¹⁷

Ao lado destes mega projetos, outros menores estão enraizados. Em busca dos guaranis remanescentes, encontramos uma série de projetos de “resgate cultural”. Ao lado da vida cotidiana em Ocoy, o autor coloca o projeto educacional em cuja expectativa está em percebermos qual a representação de cultura indígena que fundamenta este modelo, do como didaticamente se trabalha a construção desta cultura e se haverá a presença ou ausência de elementos da cultura astronômica guarani. Consideramos que “projetos” são, como alertado por Certeau, uma integração racionalizada. Portanto, patrimonial e folclorista.

Além da análise deste projeto educacional, se colocará a experiência geracional dos remanescentes que estão fora da escola. Estes remanescentes “mais velhos” poderão revelar lembranças, memórias de um passado ou exercícios de recuperação/conservação de saberes não escolar ligados a cultura astronômica. Até mesmo numa perspectiva interdisciplinar e multicultural, este saber tradicional precisa ser colocado em diálogo com esta racionalização externa, mas que mobiliza-se no interior de arquétipos, sombras, do ser indígena.

Cada civilização, povo ou grupo construiu ao longo do tempo uma visão específica do céu, uma relação, quase sempre prática e simbólica com os conhecimentos astronômicos. Então podemos verificar como ela se estabelece em nosso espaço ou seja na região de fronteira, não só no sentido físico, com polos astronômicos, construções, estátuas viradas para o sol. Mas também enquanto separação étnica e cultural ou até mesmo histórica e tecnológica. Com calendários étnicos, ramadã, ano chinês, época do batismo do milho, enfim. Trata-se, portanto de lançar luz em um novo objeto, buscando através de diversas metodologias, como exemplo a micro-análise investigar aqueles saberes cotidianos “ditos populares” ou até mesmo os “científicos”, de acordo com a ciência moderna ocidental, e dar historicidade a eles e aos seus portadores, ampliando assim nosso próprio conhecimento e visão de mundo.

Após dezoito meses de pesquisas, observação direta, entrevistas orais e semi estruturadas, constatou-se que:

- 1- Há um grande empenho institucional da educação formal em “formar indígenas para serem índios”. Os livros didáticos e os conteúdos, de forma geral, se empenham por ensinar uma memória ancestral transmitida de brancos para índios;

¹⁷<http://www.unila.edu.br/conteudo/voca%C3%A7%C3%A3o-da-unila>

- 2- Os remanescentes jovens e crianças frequentam a escola com baixa regularidade, visto que acompanham os pais em longas caminhadas que vão além da fronteira Brasil/Paraguai e Brasil/Argentina. Não há dedicação ao cumprimento do calendário escolar, sendo o calendário familiar mais expressivo;
- 3- A evasão escolar é alta, chegando a 68%, segundo dados do Núcleo Regional de educação;
- 4- Os remanescentes não tem se fixam na aldeia. Permanecem por longos períodos em caminhadas a parentes, amigos e líderes cujas aldeias estão em outros estados do Brasil ou no Paraguai e Argentina.
- 5- Há os guardiães da memória ancestral. Os mais velhos e especialmente o Pagé, o Xamóis se empenha por ensinar as constelações, as luas, os contos;
- 6- Constata-se que as novas gerações não dão importância ao conhecimento tradicional, fixando-se em modos tecnológicos como internet, computador e telefone celular.

Enfim, á guisa de conclusão, pode ser dito que o multiculturalismo permite não somente a polissemia enquanto discurso. Permite sobretudo, que sujeitos sociais construam novos espaços resignificando praticas sociais em fricção com valores culturais advindos de outros grupos. Neste aspecto, pode-se falar de fronteira que une e que divide. Pode ser visto a partir de exercícios de controle institucionais com a norma, o Estado, a Escola, o programa de artesanato; mas também como algo mais livre, combinações infinitas. Isto justifica o uso do termo fronteira no plural: fronteiras.

Bibliografia

- ADELMAN, J. e A. Stephen (1999), *From Borderlands to Borders: Empires, Nation-States, and the peoples in between in North American history*, disponível em <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/104.3/ah000814.html>, acesso em 02/08/2009.
- ALBARET-SCHULZ, C., A. Beyer et al. (2004), *La frontière, unobjectspatialenmutation*, disponível em <http://espacestempes.revues.org/document842.html>, acesso em 28/07/2009.
- BHABHA, H. (1994), *The Location of Culture*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- CANCLINI, N. (1997), *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo, Edusp.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano I*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- DURANTE, D. (2007), “Alteridade e reflexão intercultural: seus objetivos no quadro das práticas artísticas em geral e da fala literária em particular”, *Revista Sociopoética*, disponível em <http://eduep.uepb.edu.br/sociopoetica/publicacoes/v1n1.html>, acesso em 25/05/2011.



ESTEVAM, J. (2008), “O reconhecimento da alteridade como possibilidade de construção de um novo paradigma na cultura ocidental em Joel Birman e Emmanuel Lévinas”, *Horizonte*, vol. 6, 12, pp. 169-179.

FEATHERSTONE, M. (1995), *A globalização da complexidade: pós-modernismo e cultura do consumo*, disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_07, acesso em 29/03/2013.

FRIEDMAN, S. (2001), “O «falar da fronteira», o hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 61, pp. 5-28.

GLISSANT, E. (1981), *O Mesmo e o Diverso*, disponível em <http://www.ufrgs.br/cdrom/glissant/glissant.pdf>, acesso em 23/04/2009.

GLISSANT, E. (2006), *Não há fronteira que não se ultrapasse*, disponível em <http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=1962&tipo=acervo>, acesso em 25/05/2011.

GRUZINSKI, S. (2001), *O pensamento mestiço*, São Paulo, Companhia das Letras.

HANNERZ, U. (1997), “Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional”, *Mana*, vol. 3, 1, pp. 7-39.

KOLOSSOV, V. (2006), “Theoretical Limology: Postmodern analytical approaches”, *Diogenes*, vol. 52, 2, pp. 11-22.

MALDONADO-TORRES, N. (2008), “A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, pp. 71-114.

MARTINS, R. (2001), “O paradoxo da demarcação emancipatória: a fronteira da época da sua reprodutibilidade icônica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 59, pp. 37-63.

NEWMAN, D. (2006), “Border and Bordering: towards an interdisciplinary dialogue”, *European Journal of Social Theory*, vol. 9, 2, pp. 171-186.

PRATT, M. L. (1992), *Imperial Eyes: Travel writing and transculturation*, Londres/Nova Iorque, Routledge.

RIBEIRO, A. S. (2001), “A retórica dos limites. Notas sobre o conceito de fronteira”, in B. Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*, Porto, Afrontamento, pp. 463-488.

RIBEIRO, A. S. (2005), “A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-colonialismo, fronteiras e identidades”, in A. G. Macedo e M. E. Keating (orgs.). *Colóquio de Outono: Estudos de tradução. Estudos Pós-Coloniais*, Braga, Universidade do Minho, pp. 77-87.

SAID, E. (2003), *Orientalismo: representações ocidentais do Oriente*, Lisboa, Cotovia.



SANTOS, B. S. (1993), "Modernidade, identidade e cultura de fronteira", *Tempo Social*, 5, pp. 31-52.

SANTOS, José Carlos.

SANTOS, B. S. (2002), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto, Afrontamento.

SANTOS, B. S. (2003), "Dilemas do nossos tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento", *Currículo sem fronteiras*, vol. 3, 2, pp. 5-23.

SANTOS, B. S. e M. P. Meneses (2009), "Introdução", em B. Santos e M. P. Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina/CES, pp. 9-19.

SHIELDS, R. (2006), "Boundary-thinking in theories of the present: the virtuality of reflexive modernization", *European Journal of Social Theory*, vol. 9, 2, pp. 223-237.

SIMMEL, G. (1983), *Sociologia*, São Paulo, Ática.

WALTER, R. (2006), *Transferências interculturais: notas sobre trans-cultura, multi-cultura, diásporas*, disponível em

http://whhttp://www.uepb.edu.br/eduep/sociopoetica/publicacoes/v1n1/v1n1_artigo05.html, acesso em 26/05/2011.